

A CONFIGURAÇÃO TERRITORIAL DA GÊNESE INDUSTRIAL PARANAENSE: A MADEIRA, O MATE E OS IMIGRANTES

Zeno Soares Crocetti *

O sentido (...) é a entidade mais misteriosa do universo. Relação, não coisa, entre a consciência, a vivência e as coisas e os eventos. O sentido dos gestos. O sentido dos produtos. O sentido do ato de existir. (...) isso é próprio da natureza do sentido: ele não existe nas coisas, tem que ser buscado, numa busca que é sua própria fundação. Só buscar o sentido faz, realmente, sentido. Tirando isso, não tem sentido.

(LEMINSKI, 1997; p. 11).

Resumo

Vivemos nesse início de milênio alterações geopolíticas que refletem as rápidas e imprevisíveis transformações das últimas décadas, que configuram uma crise geral do capitalismo tanto quanto das teorias que tentam compreender e explicar a globalização, cuja feição ainda se encontra completamente indefinida. Diante dessa complexidade nesse trabalho vamos interpretar e debater a evolução e configuração econômica do território paranaense, analisando o processo das políticas públicas e das Formações Sociais Paranaenses.

Considero esse tema complexo e ainda pouco explorado segundo a intenção dessa interpretação. Sendo estas análises provisórias no conjunto do conhecimento, as mesmas podem ser alteradas e aprofundadas posteriormente, com a continuidade dos estudos no campo das relações econômicas, sociais e das tecnologias.

Palavras chave: *Industrialização, Organização do Território, Formação Econômica, Formação Social e Geografia Econômica.*

THE GENESIS INDUSTRIAL PARANAENSE: WOOD, THE MATE AND IMMIGRANTS

Abstract

We live in this beginning of millennium geopolitical changes that reflect the rapid and unpredictable changes of recent decades, which shape a general crisis of capitalism as well as theories that attempt to understand and explain globalization, whose feature is still completely unclear. Given this complexity in this work, we interpret and discuss progress and economic configuration of the territory of Paraná, the process of analyzing public policies and social formations Paranaenses.

Keywords: *Industrialization, Planning Organization, Economic formation, Social formation and Economic Geography.*

Introdução

Com a decadência do ciclo do tropeirismo, e a ascendência econômica do interior beneficiado pelo ciclo da Madeira e do Mate, aliado a massiva migração dos europeus, principalmente italianos, alemães e eslavos (poloneses e ucranios), o Paraná esboçou o primeiro estágio de industrialização autônoma, livre da interferência paulista. Tendo seu primeiro surto industrial no litoral paranaense para processamento, embalagem e distribuição da erva mate e de madeiras beneficiadas. Embora alguns pesquisadores (principalmente jornalistas) equivocados ou mal-intencionados discordam dessa tese, negando veementemente essa industrialização, argumentando se tratar de uma incipiente fase fabril, que segundo essa análise antecede a industrialização.

No Brasil a exploração florestal, teve início oficialmente em 1511, feita por Fernando de Noronha, o primeiro arrendatário de pau-brasil. Várias cartas régias foram baixadas no sentido de reservar as florestas da costa brasileira, como patrimônio real, sendo o corte somente permitido ao

* Professor de Geografia na Universidade Federal da Integração Latino-Americana no Instituto Latino-Americano de Tecnologia, Infraestrutura e Território. zeno.crocetti@unila.edu.br.

Reino, atendendo dessa maneira o suprimento de matéria-prima para a construção de caravelas. Esta atividade extrativa, notadamente de pau-brasil, constituiu-se até o século XVII, a principal fonte de divisas da Coroa, saída das terras brasileiras.

A madeira de boa qualidade e o tronco reto da araucária, não demorou muito a serem notados pela Metrópole. Em 1765, um decreto do rei D. João V de Portugal autorizou o corte de pinheiros em Curitiba, para construir a nau São Sebastião, que navegou entre o Brasil e o Reino por mais de cinquenta anos, indo em seguida para a África onde fez o transporte por outros tantos anos, ainda em bom estado de conservação. (WACHOWICZ, 1986; p. 126-129 e COSTA, 1995; p.65-66 e SANTOS, 2001; p.47-55).

1 O Pinheiro na dinamização econômica do Paraná, Farquhar e o Contestado.

A atividade florestal no estado do Paraná teve início com a exploração das Florestas nativas de araucárias. Foi o primeiro grande investimento madeireiro no Paraná, por iniciativa dos irmãos André e Antônio Rebouças (engenheiros mineiros responsáveis pela construção da E. F. Curitiba/Paranaguá), na organização da **Companhia Florestal Paranaense**, instalada em 1871, na localidade de Borda do Campo, próximo a Serra do Mar.

O grande propulsor da exploração do pinheiro paranaense (araucária angustifolia) foi à infraestrutura, ou seja, estradas que foram abertas nos anos de 1873 a 1891, a qual possibilitou a extração de extensas áreas de Floresta de Araucária existentes no estado. Além disto, durante a Primeira Guerra Mundial, o pinho-de-riga foi impossibilitado de ser importado e o pinheiro-do-paraná passou a abastecer o mercado interno, sendo também exportado para a Argentina. Durante a Segunda Guerra Mundial, a madeira de araucária liderou a pauta das exportações do Paraná, entretanto o ciclo econômico do pinheiro-do-paraná (araucária) terminou no início do ano de 1950, pela exploração predatória e insustentável das florestas.

Com a abertura da Estrada da Graciosa, ligando Curitiba a Antonina, em 1873, e com a inauguração da Estrada de Ferro Paranaguá-Curitiba em 1885, aliado ao ramal Morretes-Antonina em 1891, que atividade extrativa deslançou. A extensa floresta de Araucária Angustifolia existente nos planaltos paranaenses permitiu que a exploração da madeira tivesse início como uma das atividades econômicas mais importantes do Estado.

"serra acima, onde os olhos dos viandantes descortinam matas sem fim de pinheiros, por hora só aproveitada no limitadíssimo consumo desta parte da Província".

(Zacarias de Góes e Vasconcelos, presidente do Paraná, em 1854).

Newton Carneiro citando uma passagem de David Carneiro, em; **A Economia Paranaense**, em 1873, a *Companhia Florestal Paranaense*, com o objetivo de fazer propaganda e atrair os importadores europeus, chegou a cortar em pedaços uma araucária de 33 metros de altura, transportando-a de navio para a Europa, onde foi novamente montada em pé, na *Exposição Internacional de Viena*. (WACHOWICZ, 1986; p. 181-183 e BALHANA et al.: 1969; p. 142-144).

Desde o início da ocupação e exploração do Brasil, os administradores da Coroa Portuguesa delegaram a terceiros o desenvolvimento da colônia. Principalmente para aqueles que possuíam mais capital para realizar tarefas como a construção de engenhos, fazendas, fundação de vilas e cidades, construção de estradas, aonde iam acumulando os lucros destes investimentos e o governo cobrando seus impostos. Mas, ao mesmo tempo em que ocorriam as expedições exploradoras e colonizadoras oficiais, havia imigrantes, retirantes e aventureiros que sem oficializar suas andanças e ocupação territorial, organizaram núcleos coloniais no interior dos sertões.

Durante as negociatas para realizar ações no Brasil, as populações que habitavam os locais concedidos aos "amigos do rei" não eram consideradas, sempre eram vistas como empecilho a ser removida ou extinta. Destes vários confrontos que através dos séculos ocorreu pelo Brasil, colônia,

império e república, contam-se a história dos vencedores, dos “primeiros pioneiros valorosos”, mas pouco se fala do povo que não fazia parte desse grupo e dos projetos oficiais de colonização, mas foi à linha de frente nas ocupações do território e que, via de regra entraram em confronto com os projetos oficiais de ocupação feitos por “homens bons” através de titulações legais de terras já públicas já ocupadas, mas não documentadas pelos ocupantes.

Esse é o caso dos Conflitos e Guerras Cíveis ocorridos em decorrência das concessões para exploração de madeira e empreendimentos de colonização no Sul e Oeste do Paraná. A exploração do Ciclo da Madeira do Paraná, principalmente na primeira metade do século XX, está diretamente ligada a Guerra do Contestado de 1912 a 1916, bem como demais conflitos como;

- A) Guerra de Porecatu,
- B) A Revolta dos Colonos de 1950-61,
- C) A Revolta de Medianeira de 1961,
- D) A Revolta de Catanduvas/Três Barras do Paraná de 1964, esses conflitos serão aprofundados com a evolução da pesquisa.

Desde a criação da província o Paraná, em 1853, seus dirigentes questionavam os limites estabelecidos, sobretudo com Santa Catarina. Essa divergência levou ao surgimento da Questão do Contestado. O termo contestado deriva do verbo contestar, questionar e passou a designar a região que foi objeto de disputa entre Santa Catarina e Paraná.

A região do Contestado era uma área de 47.800 Km², que estava em litígio entre os estados do Paraná e Santa Catarina desde o final da Guerra do Paraguai em 1874, os dois estados pleiteavam a região. Como não havia definição sobre a posse deste território, estas terras se tornaram devolutas, isto é, não pertenciam a ninguém, e desta forma muitas pessoas começaram a ocupar a região, eram os chamados posseiros. (ALVES, 1982; p. 26-32).

Em 1890, um grupo de catarinenses solicitou ao governo brasileiro uma definição de limites entre os dois estados. Não obtendo resposta, os catarinenses resolveram entrar com uma ação judicial, reivindicando a posse da região situada ao sul dos rios Negro e Iguçu. Por duas vezes o governo deu ganho de causa a Santa Catarina, mas o Paraná adiou a execução da sentença.

Paralelamente a essa questão de limites, em 1910, o *Brazil Railway Company*, uma empresa estadunidense, concluiu a estrada de ferro que ligava o estado de São Paulo ao Rio Grande do Sul. Em seguida, cumprindo um dos termos do contrato, a companhia deu início a colonização de uma faixa de 15 quilômetros de cada lado da via férrea. Não levou em conta, porém, o fato de essa área já pertencer a pequenos proprietários e lavradores, que ficaram descontentes com a interferência da companhia em suas terras.

Pouco depois, a *Lumber*, poderosa madeireira estrangeira ligada a *Brazil Railway Company*, estabeleceu-se na área do contestado. Essa companhia tinha autorização para explorar a madeira da região, desde que a colonizasse.

A atividade dessa empresa, porém, afastava cada vez mais a possibilidade de um acordo entre o Paraná e Santa Catarina, pois ambos queriam apossar-se da região de terras muito férteis, que apresentava grande potencial de desenvolvimento. Enquanto os dois aguardavam uma decisão do governo federal, um fato novo, que veremos a seguir, complicou a situação.

Estas terras possuíam muita madeira a qual começou a ser explorada também de forma predatória: Esse ciclo aconteceu ao mesmo tempo em que o da erva-mate. Teve início no litoral paranaense, com a exploração do cedro, da peroba e da canela-preta, entre outras espécies.

Em 9 de novembro de 1889, poucos dias antes da proclamação da república brasileira, o Imperador D. Pedro II outorgou a concessão dessa estrada-de-ferro a Teixeira Soares. Sua construção teve início em 1897, no sentido norte-sul, tendo o trecho de 264 km entre Itararé e Rio Iguçu (em Porto União) sido concluído em 1905.

Em 1908 Percival Farquhar, através de seu holding *Brazil Railway Company*, adquiriu o controle da Companhia de Estrada de Ferro São Paulo-Rio Grande - EFSPRG. Prevendo o enorme potencial de lucro que poderia obter com a exportação de madeira das densas florestas centenárias de araucária existentes na região – (sob a copa das araucárias havia imbuías com mais de 10 metros de circunferência). As terras que viria a receber como doação do governo federal, nos termos do contrato de concessão da ferrovia – constituiu antecipadamente, a *Southern Brazil Lumber & Colonization Company*, que se tornou conhecida como a *Lumber*. (HARDMAN, 2004; p. 112-138).

Farquhar designou Achilles Stenghel para chefiar o ousado empreendimento. Este mandou recrutar, nas principais cidades brasileiras e até no exterior quatro mil operários - oferecendo altos salários e boas condições de trabalho - para aumentar o contingente de mão de obra, que chegou a atingir 8.000 trabalhadores, distribuídos ao longo de 372 km da ferrovia.

A União garantiu, por contrato, à *Brazil Railway Company* uma subvenção de 30 contos de réis por quilómetro construído e, ainda mais, garantiu juros de 6% a.a. sobre todo o capital que fosse investido pela concessionária na obra. Como a *Brazil Railway Company*, contratualmente, recebia por quilómetro, cuidou de alongar ao máximo a linha, fazendo curvas desnecessárias e economizando assim em aterros, pontes, viadutos e túneis. (FERREIRA, 2005; p. 57-86).

A companhia *Brazil Railway Company*, que recebeu do governo 15 km de cada lado da ferrovia, iniciou a desapropriação de 6.696 km² de terras (equivalentes a 276.694 alqueires) ocupadas já há muito tempo por posseiros que viviam na região entre o Paraná e Santa Catarina. O governo brasileiro, ao firmar o contrato com a *Brazil Railway Company*, havia declarada a área como devoluta, ou seja, como se ninguém ocupasse aquelas terras. A área total assim obtida deveria ser escolhida e demarcada, sem levar em conta sesmarias nem posses, dentro de uma zona de trinta quilômetros, ou seja, quinze para cada lado. Isso, e até mesmo a própria outorga da concessão feita à *Brazil Railway Company*, contrariava a chamada Lei de Terras de 1850. Não obstante, o governo do Paraná reconheceu os direitos da ferrovia; atuou na questão, como advogado da *Brazil Railway*, Affonso Camargo, então vice-presidente do Estado.

Essas terras foram oficialmente consideradas, pelo governo, pela Justiça do Paraná, e pela concessionária, como sendo terras devolutas e desabitadas. A realidade dos fatos era, entretanto, bem outra. Seu povoamento tivera início já no século XVIII, com o comércio de gado entre o Rio Grande do Sul e São Paulo, quando ali surgiram os primeiros locais de pouso.

Durante muito tempo os milhares de habitantes desses longínquos rincões viveram, semi-isolados, da criação extensiva de gado, da coleta de erva mate e da extração rudimentar de madeira para seu uso. (WACHOWICZ, 1986; p. 181-183 e BALHANA et al.: 1969; p.142-144).

2 A Guerra do Contestado

No século XIX, durante o Segundo Reinado, os habitantes do planalto, tanto paranaense como catarinense, conviveram por muitos anos com João Maria de Agostini, monge italiano que pregava um catolicismo rudimentar, mas que conquistou a confiança das pessoas simples que aí habitavam e adquiriu fama de milagreiro. Da mesma forma que tinha aparecido, João Maria sumiu, ficando, porém, com a fama de santo. No período republicano, outro "monge" com o mesmo nome passou a atuar na região situada entre os rios Iguaçu e Uruguai.

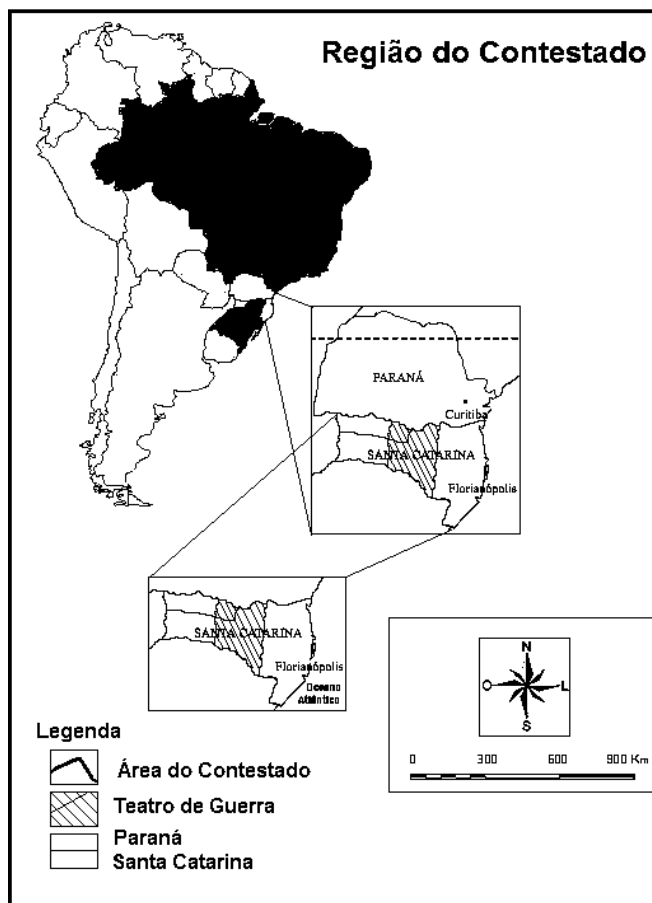


FIGURA 1, Região do Contestado. Fonte: Crocetti com base IBGE, 2007.

O término da construção da estrada de ferro. Em 1910, deixava desempregados cerca de 8 mil trabalhadores, oriundos de vários estados brasileiros. Os donos das fazendas começaram a ficar preocupados com essa massa de desocupados, que, para sobreviver, invadia as propriedades vizinhas.

Nesse momento, na região de Campos Novos, surgiu mais um "monge", na realidade um desertor do exército paranaense que se dizia irmão de João Maria. A população pobre e desempregada, via nele um curandeiro e profeta. Em 1912, o "monge" José Maria conseguiu reunir em Taquaraçu, no município de Curitibaanos, grande número de seguidores.

Os fazendeiros e proprietários locais, preocupados com esse grupo, mandaram uma força policial para afastá-lo. Com muito custo, José Maria e seus seguidores saíram da região, atravessaram o rio Peixe e foram para os Campos do Irani, que era controlada pelo governo do Paraná.

A reação dos paranaenses não se fez esperar. A ordem do governo do Paraná para desocupação da área foi imediata. No dia 22 de outubro de 1912, soldados paranaenses atacaram o acampamento dos rebeldes. Travou-se uma luta sangrenta, na qual morreram José Maria e também o comandante das tropas paranaenses.

A derrota dos paranaenses repercutiu no Brasil todo. Os homens de José Maria retornaram para a região catarinense de Campos Novos. Surgiu entre eles um novo líder, Eusíbio dos Santos, e também um boato de que o "monge" José Maria iria ressuscitar e levá-los a vitória.

Várias foram às tentativas de destruir o reduto de Taquaraçu, todas fracassadas. Somente em 1914, quando uma parte dos rebeldes se retirou para Caraguatá, é que o acampamento de Taquaraçu foi destruído. Uma epidemia de Tifo obrigou os rebeldes a abandonar Caraguatá e formar novos redutos.

Decidindo dar fim ao movimento, o governo federal assumiu o comando das operações, e os redutos rebeldes foram sendo gradativamente destruídos.

Em outubro de 1916, foi assinada a Convenção de limites entre Santa Catarina e o Paraná. Do total da área disputada, estimada em 47.800 Km², o Paraná ficou com 20.310 Km² e Santa Catarina, com 27.510 Km². (WACHOWICZ, 1986; p. 181-183 e BALHANA et al.: 1969; p.142-144).

3 Farquhar o “Rei das Falcatruas”

Percival Farquhar (1864-1953) foi um empresário estadunidense, cuja atuação na América Latina é alvo de constantes polêmicas. Proveniente de uma família abastada da Pensilvânia completou seus estudos na Universidade de Yale, um dos centros da elite estadunidense, onde se formou em Engenharia. Controvertido, audacioso e polêmico, Farquhar tornou-se o maior investidor privado do Brasil entre 1905-1918.

Foi executivo vice-presidente da *Atlantic Coast Electric Railway Company* e da *Staten Island Electric Railway Company*, que controlavam o serviço de bondes em Nova Iorque. Foi também sócio e diretor da Companhia de Eletricidade de Cuba e sócio e vice-presidente da *Guatemala Railway*.

Farquhar chegou ao Brasil no início do século XX, logo após a primeira grande moratória da dívida externa de nosso país, renegociada com a Família Rothschild, após a assinatura do Tratado de Petrópolis, de anexação do Acre ao Brasil. (FAORO, p. 128-142, 1998).

Ivan Alves (1982) cita, os críticos descreviam Farquhar como, "*um pirata da finança internacional, empregado ou diretor de empresas estadunidenses, caixeiro viajante da finança internacional. Sua rede tentacular Brazil Railway Company controlava toda a rede ferroviária gaúcha, a Sorocabana, tinha interesses na Paulista, na Mogiana obteve os direitos da E. F. Vitória-Minas, também passou a dirigir o Porto do Pará e a Companhia do Porto do Rio Grande do Sul, onde montou armazéns frigoríficos, como no Rio de Janeiro. Afora isso, dispunha ainda de indústrias de papel, empresas pecuárias e de colonização, madeireiras, etc.*".

Controlador da *Brazil Railway Company* e da *Southern Brazil Lumber and Colonization Company*, cujas atividades de extrativismo florestal, entre outros danos, acabaram provocando a Guerra do Contestado - na qual morreram mais de dez mil brasileiros - exterminou a flora e a fauna em grandes áreas dos estados do Paraná e de Santa Catarina.

Explorou negócios lucrativos na América, inclusive na Rússia em Cuba e na América Central. Teve ferrovias e minas na Rússia e negociou pessoalmente com Lenin. No Brasil, explorou diversos empreendimentos ferroviários, principalmente no sul do país, além de construir o porto de Belém. Segundo o ex-ministro Ronaldo Costa Couto, o seu império só rivalizou com o do Conde Francisco Matarazzo e com o de Irineu Evangelista de Sousa, o Visconde de Mauá.

Suas atividades estavam frequentemente ligadas a concessões governamentais e privilégios – e a garantias de juros governamentais para o capital investido – que obtinha habilmente junto aos jovens e inexperientes governos locais, muitas vezes mediante propinas constrangedoras.

A ação da empresa foi devastadora, toda a madeira extraída dos 180.000ha das terras do município Três Barras foi vendida para a fabricação de casas nos Estados Unidos. "*O progresso, porém, custou caro a Lumber tinha suas próprias leis e funcionava como um território estadunidense dentro do Brasil. Pistoleiros vindos dos Estados Unidos tinham ordem de atirar nos empregados descontentes. Em 1938, Getúlio Vargas estatizou a madeireira, que tinha desviado 2.000.000 de libras esterlinas e pedira concordata. Cerca de 1.800 trabalhadores ficaram desempregados.*" (GAULD, 2006; p. 170-205).

Maior serraria da América do Sul derrubou grande parte da floresta de araucárias Três Barras/SC. Assim que concluiu a construção da estrada de Ferro São Paulo-Rio Grande Percival

Farquhar partiu para a segunda etapa de seu projeto. Começou na cidade de Porto União a extensão de um ramal ferroviário até Três Barras. Foi lá que ele instalou, em 1913, a sede da *Southern Brazil Lumber & Colonization Company*. O objetivo da empresa era explorar a madeira das matas ao redor da ferrovia, parte da concessão que Farquhar obteve do governo federal com a construção da estrada. Gigantesca mesmo para os padrões de hoje, a *Lumber* se transformou na maior serraria da América do Sul. Estima-se que o complexo de Farquhar, entre 1915 e 1938, tenha derrubado serrado e embarcado para a Europa e Estados Unidos mais de 50 milhões de árvores de araucária, imbuías e cedros devastando completamente as matas da região. De Três Barras, a ferrovia permitia conexão rápida com o Porto de São Francisco do Sul, junto a Joinville, onde a madeira era embarcada nos navios do magnata.

Escreve Gauld, "*O gênio de Farquhar estaria mais do lado da visão e da capacidade de levantar dinheiro para expandi-los do que da administração eficiente e da economia de custos nas suas 38 empresas.*" (2006; p. 301).

Encerrados os combates em 1916, Thomé (1995, p. 29) a *Lumber* reconstruiu as suas instalações, a EFSPRG reiniciou o tráfego normal de trens e começou a comercializar as terras no Vale do Rio do Peixe e no Planalto Norte catarinense. Na parte das terras contestadas que lhe coube, em 1917 Santa Catarina criou os municípios de Mafra, Porto União, Joaçaba e Chapecó, mantendo ainda Canoinhas, Curitiba e Campos Novos.

4 O Sucesso do Ciclo da Madeira

O arranque da sua exploração comercial tanto para o mercado interno e a exportação, teve início a partir dos anos 1910-20, principalmente a partir da Primeira Guerra Mundial, com a interrupção da vinda do pinho europeu. Os maiores compradores estavam o Uruguai e principalmente a Argentina, os quais adquiriam madeiras em toras e beneficiada.

Posteriormente, com o fim da guerra e a necessidade de se reconstruir o que foi destruído, o mercado europeu passa a se interessar pelo pinheiro brasileiro a araucária angustifólia, principalmente devido ao seu baixo preço, destacam-se como compradores a Inglaterra, Alemanha, França e Holanda. Com a eclosão da Segunda Guerra Mundial -1939 a 1945, o comércio com a Europa foi novamente interrompido, normalizando-se após o fim da mesma.

A madeira foi exportada pelos portos de Antonina e Paranaguá, chegando até eles através de composições ferroviárias, sendo que as ferrovias de nosso estado eram operadas pela: Estrada de Ferro Paraná, Estrada de Ferro São Paulo/Rio Grande e Estrada de Ferro Norte do Paraná, numa extensão de 1.123 km, em 1920.

Já as estradas rodoviárias, em 1924, contavam com apenas 1.586 km, sendo que a maioria não recebia nenhuma conservação. Os primeiros caminhões que se tem notícia apareceram pelos idos de 1924, usados principalmente no trajeto Guarapuava – Ponta Grossa onde a madeira era embarcada nos trens. Devido à guerra, os caminhões que aqui existiam sofreram com o racionamento de combustível.

O principal meio de transporte eram então os carroções, grandes carroças puxadas por paradas de cavalos. Tal transporte foi praticado em nossa região principalmente pelos russo-alemães, que chegaram aos Campos Gerais a partir de 1878.

A grande reclamação dos governantes municipais e estaduais era de que os carroções, geralmente carregados com mais de 150 arrobas e muitas vezes puxados até por oito animais, acabavam com as estradas de terra devido ao peso e às rodas que faziam sulcos nas estradas. Em tempo de chuva essa prática impossibilitava o trânsito de veículos nas estradas, sejam eles automotores ou carroçáveis, pois a conservação das mesmas era feita de forma rudimentar com ferramentas manuais.

Porém, a partir de 1930, com abertura de várias estradas de rodagem, as ferrovias passam a ser substituído por estas, principalmente devido à viagem ser mais rápida e econômica. Da mesma forma os carroções começam a dar lugar aos caminhões que passam a transportar de 2.500 kg a 3.000 kg de carga.

Para organizar e disciplinar a exploração da madeira na década de 40 criou-se o Instituto Nacional do Pinho, porém sua atuação foi bastante tímida, uma vez que a exploração irracional continuou a existir, devastando as matas de araucária. Da mesma forma as exportações sofriam vários transtornos sejam pelo meio de transporte ainda precário, como pela falta de qualidade da madeira ou pela forma errônea de despachá-la para o exterior, muitas vezes sem um comprador acertado antecipadamente.

Devido à exploração devastadora, já em 1928 aparece a preocupação do governo em reflorestar as áreas exploradas. Os efeitos da exploração começam a aparecer nos idos de 1950 com o esgotamento das matas de araucária da região centro sul, corrigindo-se sua marcha para as regiões sudoeste e extremo oeste.

Em relação ao transporte rodoviário por caminhões, a situação começou a melhorar somente após 1946, com o Departamento de Estradas de Rodagem do Paraná, criado para manter as estradas, além do restabelecimento da importação de caminhões e do abastecimento de combustível. Inicia-se também um processo de revestimento das estradas com asfalto, paralelepípedos e macadame.

QUADRO 1. INDÚSTRIA PARANAENSE 1939/58 VALOR AGREGADO

Ano	Alimentícia %	Extrativa Erva Mate %	Madeira Moveleira %	Outros setores %
1939	39	05	28	28
1949	45	09	20	26
1958	44	02	25	29

(Elaboração CROCETTI, com base em BALHANA et al.: 1969; p.242-244).

Em relação ao mercado interno, os principais compradores de madeira do Paraná eram São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais e alguns estados do NE, sendo que muita madeira de pinheiro paranaense foi utilizada posteriormente na construção da nova capital do Brasil, Brasília. A partir da década de 60, a exploração da madeira entra em declínio.

Devido à exploração irracional e predatória e ao desperdício no aproveitamento da madeira, a mesma passou a ser um artigo secundário na economia do Paraná. Nesse período, a araucária angustifolia entrou para a lista de espécimes ameaçada de extinção e sua exploração comercial passou a ser coibida, através da lei nº. 4771/67 (Código Florestal Brasileiro). Veja a importância da madeira na economia paranaense, Ver QUADRO 1.

5 A Modernização da Madeira

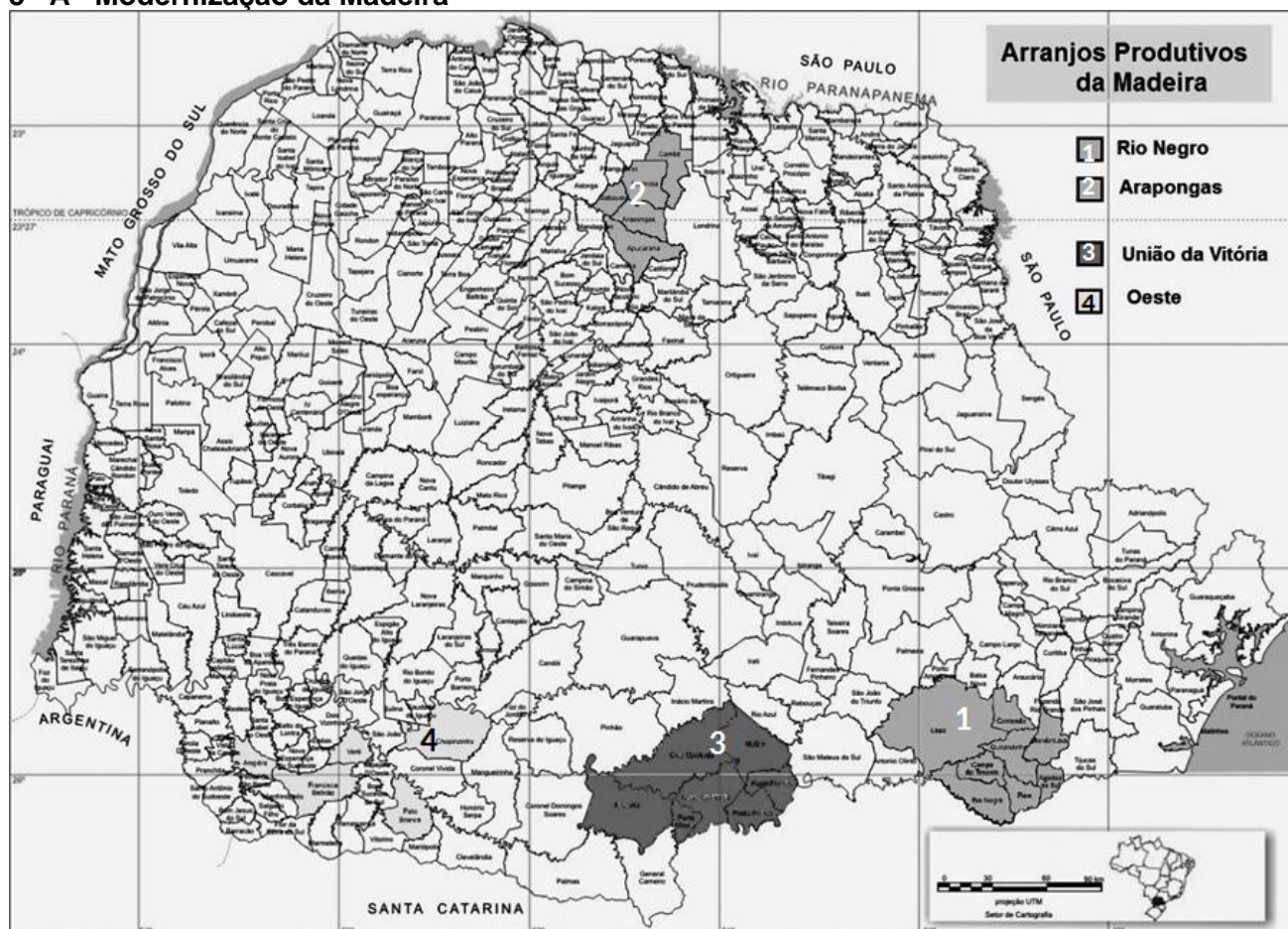


FIGURA 2, Mapa Localização APL da Madeira, 2010. Com base IPARDES, 2010.

A atividade florestal e madeireira contribuiu efetivamente para o crescimento e desenvolvimento socioeconômico do Paraná a atividade destaca-se por ser um segmento de grande representatividade na economia do país na geração de renda, tributos, divisas, empregos diretos e indiretos, e atualmente de preservação do meio ambiente.

Os complexos produtivos, denominados **Arranjos Produtivos Locais**, estão presentes nesse segmento, em que a participação das empresas de mesma atividade produtiva, de municípios próximos, concentradas em uma determinada região ou no mesmo espaço geográfico, interage entre si, contribuindo para o desenvolvimento da região, fortalecendo o ramo de atividade, ganhando representatividade no mercado, absorvendo uma parcela representativa de trabalhadores, aprendendo e modernizando processos produtivos e de gestão.

Arranjo Produtivo Local (APL) é definido como a aglomeração de um número significativo de empresas que atuam em torno de uma atividade produtiva principal, bem como de empresas correlatas e complementares como fornecedoras de insumos e equipamentos, prestadoras de consultoria e serviços. E clientes, entre outros, que em um mesmo espaço geográfico (um município, ou conjunto de municípios), com identidade cultural local e vínculo, mesmo que incipiente, de articulação, interação, cooperação e aprendizagem entre si e com outros atores locais e instituições públicas ou privadas. Atuando também em treinamento, promoção e consultoria, escolas técnicas e universidades, instituições de pesquisa, desenvolvimento e engenharia, entidades de classe e instituições de apoio empresarial e de financiamento. (ALBAGLI e BRITO 2002; p. 3-4).

Desde a abertura neoliberal do mercado brasileiro, o segmento madeireiro que já era moderno e competitivo está passando por transformações mais intensivas de modernizações aliado a disponibilidade atual de seus recursos naturais vem se tornando cada vez mais competitivo no mercado interno e externo. Entretanto os estoques de matéria-prima estão comprometidos visto que a demanda projetada por madeira supera os estoques nos próximos 10 anos, podendo tornar-se um empecilho ao desenvolvimento das atividades do segmento, o que afeta diretamente a competitividade das empresas e dos complexos produtivos como um todo. Devido essa constatação em 2000 foi criado o PNF, Programa Nacional de Floresta, que tem como objetivo expandir a base florestal por meio de políticas florestais efetivas, para abastecer os estoques de madeira e manter o mercado madeireiro em ascensão. (BITTENCOURT, 2009; p. 33-38).

QUADRO 2, Características dos principais aglomerados produtivos de móveis do Brasil

POLO MOVELEIRO	ESTADO	EMPRESAS	EMPREGADOS	PRINCIPAIS MERCADOS
Ubá	MG	300	3.150	MG, SP, RJ, BA e exportações
Arapongas	PR	200	7.890*	Todos os estados e exportação
Votuporanga	SP	85	7.400	Todos os estados
Mirassol	SP	210	8.500	PR, SC, SP e exportação
São Bento do Sul	SC	300	11.217*	Fortes vínculos com o mercado global e num plano inferior com os mercados regional Sul e de São Paulo.
Bento Gonçalves	RS	578	11.122*	Forte presença no mercado interno brasileiro com elevados níveis de exportação
Oeste Catarinense	SC	126	2.781*	Ênfase no mercado interno: Sudeste, Norte e Nordeste do Brasil e início de exportações.

Fonte: ABIMÓVEL, 2006.

Em meados do século XX, as serrarias passaram a se concentrar no Centro-Sul paranaense, deslocando-se para o Oeste à medida que se esgotavam as reservas de araucária mais próximas das ferrovias. O aumento da exportação da madeira, na primeira década do século XX, determinou a ascensão da participação do produto na economia paranaense.

Os altos níveis de exportação atingidos pela madeira, nos primeiros anos da década de 20, contribuíram para dinamizar o setor de exportação do Paraná. As perspectivas de desenvolvimento da economia madeireira passaram inclusive a atrair capital estrangeiro principalmente inglês e estadunidense que se concentraram no setor ferroviário, que passou a controlar maior parte da malha ferroviária do sul do Brasil.

O mercado de produtos madeireiros é composto pelos segmentos de papel e celulose, carvão vegetal, madeira sólida, madeira processada, móveis. Nos últimos 20 anos, devido abertura do mercado, a reestruturação da indústria da madeira foi fundamental para manter e ampliar o mercado interno e externo. Ver produção dos polos moveleiros do Brasil, QUADRO 2.

No início da década de 90, a participação do Brasil nas exportações mundiais de origem florestal ficava em torno de 1,75%, com a abertura comercial e a desvaloriza do câmbio, o país acabou ganhando mais espaço do mercado externo. Em 2005, o Brasil contribuiu com cerca de 4,6% das exportações mundiais e configura hoje como o maior exportador mundial de compensados de pinus, o maior exportador mundial de celulose de fibra de eucalipto e o terceiro maior exportador de madeira serrada tropical.

QUADRO 3 – Área plantada com Pinus e Eucalipto no Brasil (ha)

Estado	Pinus	Eucalipto	Total
Paraná	605.130	67.000	672.130
Santa Catarina	318.120	41.550	359.670
Rio Grande do Sul	136.800	115.900	252.700
Região Sul	1.060.050	224.450	1.284.500
Total Brasil	1.840.050	2.965.880	4.805.930

Fonte: SBS, 2004.

No Brasil a produção de celulose é basicamente advinda da madeira de pinus e eucalipto, sendo que a maior parte das empresas desse ramo possui suas próprias reservas de matéria prima. O tipo de fibra, curta ou longa, da celulose, é que dá característica e a especificidade aos diversos tipos papéis. As fibras curtas são utilizadas para produzir papéis de boa qualidade, boa apresentação, maciez e a alta absorção. Já as fibras longas fornecem as características de resistência, opacidade para embalagem. Os resultados são diversos tipos de papéis, destinados aos vários segmentos tais como: papéis para impressão, escrita, embalagem, papéis para fins sanitários, copos, cartões, decorativos, elétricos, telefônicos, condensadores, etc. (BITTENCOURT, 2009; p. 39-41). Ver QUADRO 3 e TABELA 1.

TABELA 1; Área plantada das principais espécies florestais no Paraná (2006)

Espécie	Área plantada (ha)	Proporção (%)
Pinus	677.772,00	83,04
Eucaliptos	114.996,00	14,09
<i>Araucaria angustifolia</i>	19.893,00	2,43
Populus	3.200,00	0,40
Gmelina	300,00	0,04
Total	816.161,00	100

Fonte: IAP (2007), ABRAF (2006), SBS (2006)

A incorporação de novas tecnologias proporcionou uma abertura de uma diversificação de produtos, um exemplo é a introdução do MDF em 1997, em 2001 a produção passa de aproximadamente 30 mil m³ para 609 mil m³, o que favoreceu uma redução das importações desses produtos (MORAES, 2002; p. 3-13). Os financiamentos realizados pelo BNDES para a expansão e modernização tecnológica da indústria de painéis de madeira nesse período acumularam o montante de US\$ 250 milhões, o que permitiu praticamente a duplicação da produção de painéis de aglomerados e de MDF (JUVENAL, 2002; p. 5-9). Verificar a importância da indústria da madeira na economia paranaense, vide QUADRO 4.

A produção de compensados de madeira possui uma aplicação mais abrangente, destinada para os setores da construção civil, naval e indústria moveleira. Entretanto por se tratar de um painel composto por várias camadas coladas de lâminas de madeira, o compensado possui algumas restrições de natureza econômica e ambiental como custos elevados e disponibilidade reduzida de toras de grande diâmetro para laminação e vem perdendo competitividade o aglomerado passou a ser o produto mais comercializado mundialmente nessa linha.

As indústrias madeireiras, mobiliárias, e de papel e celulose juntas são responsáveis por 4,46% do PIB – Produto Interno Bruto do Paraná, representando uma parcela significativa, equivalente a 19,16% do PIB industrial estadual.

QUADRO 4.
VALOR DA TRANSFORMAÇÃO INDUSTRIAL, ATIVIDADES ECONÔMICAS - PARANÁ – 2008.

ATIVIDADE INDUSTRIAL	VALOR DA TRANSFORMAÇÃO INDUSTRIAL		
	R\$ milhões	Participação (%)	Participação Paraná/Brasil (%)
TOTAL	52.487	100,0	7,3
Indústrias extrativas	227	0,4	0,3
Indústrias de transformação	52.260	99,6	8,1
Alimentos	9.416	17,9	10,8
Bebidas	1.011	1,9	5,0
Refino de petróleo e produção de álcool	11.608	22,1	13,7
Veículos automotores	7.771	14,8	11,1
Máquinas e equipamentos	2.876	5,5	8,3
Produtos químicos	2.868	5,5	5,5
Papel e celulose	2.615	5,0	11,6
Produtos de madeira	2.154	4,1	26,8
Outros	11.940	22,8	3,6

FONTE: IBGE 2011.

Em 2006 foram 5.567.95 hectares de florestas cultivadas, permanecendo em quarto lugar entre as maiores culturas produzido no país, perdendo somente pelo cultivo da cana-de-açúcar, milho e da soja (SBS, 2008; p. 23-30).

O Arranjo Produtivo Local de União da Vitória localiza-se no Vale do Iguaçu, no sudeste paranaense, abrangendo sete municípios paranaenses: União da Vitória, Bituruna, Cruz Machado, Mallet, Paula Freitas, Porto Vitória e Paulo Frontin, e um município Catarinense Porto União. A identificação do APL de União da Vitória deu-se pelas atividades de desdobramentos da fabricação de madeira laminada e chapas de compensado e fabricação de esquadrias de madeiras e casas de pré-fabricadas.

A região conta com 90 estabelecimentos formais de fabricação de laminados e de chapas de madeira compensadas, 89 estabelecimentos de fabricação de esquadrias de madeira, de casas pré-fabricadas e 76 estabelecimentos de desdobramentos da madeira (IPARDES, 2006; 23-45).

A atividade de fabricação de laminados e de chapas de madeira é a mais representativa do APL, tanto em número de estabelecimentos, 35,3%, como em número de empregos, 55,9%. O APL representa 48% dos estabelecimentos e 62,3% dos empregos gerados nas atividades extrativistas e de indústria da transformação da região. A participação na atividade econômica total da região é de 19,0% nos estabelecimentos de 43,7% nos empregos (IPARDES, 2006; 23-45).

As empresas ainda demonstram pouca iniciativa para realizar investimentos na promoção de inovações de produtos, essa característica ocorre frequentemente com os novos empreendedores. Para eles essas ações é fator determinante para seu potencial competitivo, tanto para incorporação de novas tecnologias, introdução de novos produtos para o setor ou projetos de novos estilos. Ao passo que para às microempresas representam pouca importância à introdução de inovações O Arranjo Produtivo Local de móveis de Rio Negro é formado pelos municípios de Agudos do Sul, Campo do Tenente, Piên, Lapa, Mandirituba Quitandinha e Rio Negro. (IPARDES, 2007; 3-9).

As empresas que formam a aglomeração produtiva estão classificadas nas atividades de exploração de madeira, desdobramentos e fabricação de esquadrias de madeira, casas de pré-fabricadas, fabricação de laminados e chapas de madeira compensada, fabricação de artefatos de tanoaria e embalagens de madeira, fabricação de artefatos diversos e fabricação de móveis com

predominância de madeira. As atividades do APL vão desde o plantio da madeira, ou seja, reflorestamento até a produção final de móveis e artefatos de madeira.

O APL conta com 167 empresas que estão ligadas as atividades dos segmentos de madeira e móveis, das quais 161 são definidas como microempresas, três de médio porte e três de grande porte; estas são responsáveis em conjunto pela geração de 4.181 empregos formais na região (IPARDES, 2006; 23-45).

Notou-se que a instituição dos APLs madeireiros no Paraná ainda é um fato recente, os empresários dos complexos produtivos vêm participando timidamente dos processos que envolvem a funcionalidade dos APLs, e em função disso o processo de fortalecimento e reconhecimento dos arranjos produtivos se tornam lentos.

6 Transição do Feudalismo/Escravista ao Capitalismo

A Paraná quando da sua fundação era caracterizado por uma dinâmica econômica vinculada à baixada atlântica, ou seja, devido à precariedade da infraestrutura de ligação entre o Litoral e o Planalto, fruto do abandono e descaso da Província Paulista, que via o território da 5ª Comarca apenas como espaço especulativo. Para tanto bloqueava sistematicamente qualquer possibilidade para o melhoramento e adequação de um projeto de desenvolvimento sustentado, temiam que uma maior autonomia econômica pudesse estimular um movimento de ruptura com a metrópole paulista. E a autonomia aliado ao fortalecimento econômico na Comarca seria um contrassenso, pois iriam criar um forte concorrente, daí a estratégia de manter a região estagnada e sem perspectiva de desenvolvimento econômico.

Por outro lado, além das atividades da baixada atlântica, e as atividades remanescentes dos latifúndios do Ciclo do Tropeirismo no Planalto Curitibano e região. As exceções eram pequenas manchas de ocupação na Região de Ponta Grossa a Castro no Segundo Planalto, o restante do território paranaense encontrava-se estagnado e sem perspectivas econômicas, com baixo povoamento, sob o domínio de uma oligarquia luso-brasileira escravocrata feudal. Sem falar que as regiões Oeste, Sudoeste e Noroeste que eram presas fáceis da expropriação dos recursos naturais, por parte do capital especulativo internacional associado a uma parcela da Elite platina, nos empreendimentos denominados de **Obrages** (Argentina, Uruguai e Paraguai).

Os obrageiros subiam o rio Paraná, de navio ou de vapor, contornavam as quedas de Guaíra com carretas e, depois, com a ferrovia que a Matte Larangeira mandou instalar, chegavam às barrancas do rio, abriam portos, construíam ranchos e picadas. Em fins do século XIX e nas primeiras décadas do século XX, a costa paranaense viu-se ocupada por cerca de duas dezenas dessas obrages povoadas por milhares de trabalhadores. A mão-de-obra era preferencialmente guarani. As poucas tentativas de organizar uma colonização fracassaram por causa das obrages que detinham o domínio da região. (HOFF, 1991, p. 29).

A batalha então por parte da Elite luso-brasileira e seus latifúndios, era garantir a introdução da economia de mercado capitalista, mas sem sofrer perda de poder e se perpetuando no aparelho do Estado, garantindo assim seus privilégios sem rupturas revolucionárias. Então tivemos no Paraná a repetição do que ocorria a nível nacional, a Via Prussiana, modelo explicativo de Lênin, para transição de cima para baixo, teoria já analisada nessa Tese. Uma vez que estivessem destruídas as formas antigas de acumulação, o passo seguinte era introduzir nas comunidades de economia natural o processo de mercantilização da vida, ou seja, transformar os indivíduos que subsistiam de modo simples em consumidores e vendedores de mercadorias.

Então na baixada litorânea do Paraná, começam a serem gestadas as bases para a produção, a circulação e a troca das mercadorias. Para a produção, é introduzida à divisão técnica do trabalho, as ferramentas e os equipamentos, para a circulação, os meios de transportes (construção e inauguração da estrada da Graciosa e da Estrada de Ferro Paranaguá/Curitiba), e para a troca, uma rede de casas comerciais. Que seriam numa segunda etapa transferidas para Curitiba.

De acordo com Lênin, outro passo importante no aniquilamento da economia natural foi à separação entre a agricultura e a indústria. Com isto, a fabricação de ferramentas, acessórios, utensílios domésticos, vestimentas e alimentos beneficiados, que surgiam naturalmente como complemento da economia camponesa, foram separados da sua base originária, sendo relegada a um ramo da indústria. Com isto, o camponês é transformado em um produtor agrícola cujo objetivo da produção do excedente é a troca mercantil. Essa transformação histórica e social tornou-se condição necessária para a penetração dos fluxos mercantis nas esferas da existência dos indivíduos e da sociedade.

Essa foi à trajetória da colonização do Paraná, com a ocupação dos planaltos interiores durante a grande imigração europeia no final do século XIX, e no Norte, Oeste e Sudoeste paranaense dentro do movimento migratório, impulsionando uma dinâmica fronteira agrícola. Nessas áreas, a economia natural predominante foi sendo rapidamente transformada em mercantil, introduzindo companhias de colonização e sistemas de transportes. Foi uma dolorosa modernização, comandada por companhias internacionais de capital privado, avalizadas pelo Estado, aniquilando e subordinando as populações nativas.

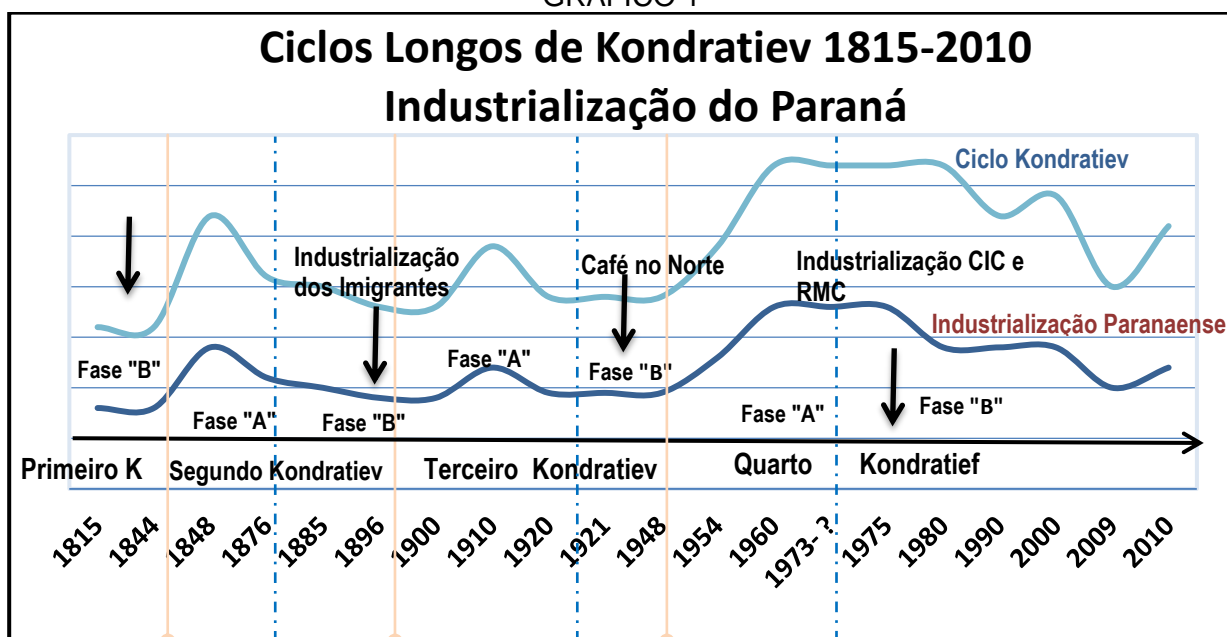
Sobre as condições históricas dos colonos e a formação do mercado interno, Lênin realizou um estudo clássico intitulado; O desenvolvimento do capitalismo na Rússia: o processo de formação do mercado interno para a grande indústria (1905), que nos ajudou a compreender o processo de ocupação e colonização do Paraná. A esse processo que aboliu a servidão feudal e possibilitou a expansão da grande propriedade fundiária, em detrimento do pequeno camponês, processo que Lênin classificou como a desintegração do campesinato e do desenvolvimento da pequena indústria camponesa. Ao mesmo tempo em que a desintegração criou uma base econômica e social formada pela pequena produção mercantil, também empobreceu e proletarizou a outra parcela da população rural.

Com a expansão da economia mercantil, surge a divisão social do trabalho que amplia a produção de mais mercadorias e passa a exigir mais trabalho da propriedade agrícola e do pequeno artesanato. A agricultura transforma-se numa atividade mercantil, cujo objetivo é produzir mais mercadorias para um mercado em constante expansão e proletarização. O camponês passa a ser subordinado ao mercado, consumindo, produzindo e comercializando o maior volume possível de mercadorias. Com a sua desintegração, surge uma nova população rural que passa a ser dominada pela economia mercantil e pela produção capitalista. O pequeno proprietário passa a não produzir apenas para a sua subsistência, mas, sim, também um excedente com o intuito de comercializar e acumular.

7 Industrialização

A indústria do Mate foi o primeiro ramo da produção industrial no Paraná, tendo seu início fabril nas cidades da baixada atlântica paranaense, Paranaguá, Antonina e Morretes por volta de 1820, mantendo até a década de 1960 sua característica de indústria tradicional, com baixa composição orgânica de capital. Sem chegar a ter impacto importante na própria produção rural, a indústria do Mate compõe o segmento de indústrias de produtos alimentares e como tal, possui características gerais comuns a essas indústrias de transformação, que produzem bens de consumo não duráveis.

GRÁFICO 1



- 1) Gênese da Industrialização no Litoral com capital Argentino/Espanhol 1820-1850. Guerra do Paraguai.
- 2) Ciclo da industrialização dos Imigrantes 1870-1920. Conflito Federalista/Contestado.
- 3) Ciclo Getulista/Manoel Ribas 1930-50. Guerra dos Posseiros SO (1940-1957)
- 4) Ciclo do 2º PNB/desenvolvimentista 1975-1998. Urbanização do PR.

Obs. A linha do gráfico Kondratiev foi construída pelas médias trienais do crescimento econômico mundial, com base nos gráficos do Banco Mundial 2011 e das tabelas de Mamigonian: 1987 p. 63-71 e Rangel: 1990 p. 33-35. A linha do gráfico Paraná foi construída pelas médias do crescimento econômico paranaense, com base nos dados do IPARDES 2011 e IBGE 2011, censos industriais e dados econômicos.

Conforme demonstra o gráfico 1, a industrialização, transição do modo de produção escravista/feudal para o capitalista, se deu durante a grande Crise do Capitalismo na fase "B" do primeiro ciclo de Kondratieff (1815-1848). Como já discorreremos no processo da Via Prussiana, ou seja, "aliança pelo alto" ou "modernização conservadora", amplamente analisada por Lênin, Lukács e Gramsci em sua "revolução passiva". Demonstra também que todas as fases de metamorfose e ruptura ocorreram nas fases "B" de depressão, onde as janelas de oportunidades foram aproveitadas.

Como analisamos no capítulo 1, nos anos 1990 até 2010, o mate passa ter importância econômica novamente na economia do estado, sendo hoje o Paraná o maior produtor brasileiro e um dos maiores exportadores mundiais.

Não havia exploração econômica do mate na baixada atlântica, em 1780, apenas no planalto controlado pelos jesuítas. Mas havia engenhos de açúcar em 1785, principiara a cultura do arroz em Paranaguá. No entanto, apesar das determinações governamentais que permitiam a exportação do mate por meio do porto de Paranaguá, a expansão e exportação eram dificultadas pelo monopólio de exclusividade dos jesuítas e pela produção paraguaia. Porém no início do XIX a economia do mate do Paraná experimentou um crescimento em decorrência da expulsão dos jesuítas (em 1767) e do colapso da produção paraguaia. O primeiro alvará de engenho para beneficiar erva-mate foi obtido do rei Dom João VI, em 1808, por Alzagaray.

Nessa conjuntura chega ao Paraná em 1820, Don Francisco de Alzagaray, argentino procedente de uma família ligada à economia ervateira, e grande incentivador do cultivo e do comércio do mate no Paraná. Passa a produzir mate em Paranaguá a partir de 1820, nessa atividade, havia a coexistência do trabalho livre com o trabalho escravo, estes últimos sendo empregados em atividades mais árduas como o soque da erva e o transporte de mercadorias.

Antes de 1820, não se falava ainda de beneficiamento fabril, a produção tinha características primitivas e rudimentares e atendia mais ao consumo interno, não tendo a erva-mate ainda se transformado em produto de exportação. O desenvolvimento fabricação do mate iniciou-se em Morretes, em 1822, de forma rudimentar, por meio de monjolos e pilões rudimentares. Como os ervais nativos estavam localizados no Planalto, o transporte era feito por pessoas, principalmente por escravas, utilizando-se também os burros de carga.

O espanhol D. Manuel Miró se instalou em Morretes sendo o 2º Engenho do litoral em 1822 para fabricar e beneficiar a erva-mate, mas tarde em 1875 se transferiu para Curitiba. Seu filho Afrânio Miró foi importante industrial de erva-mate. Seus descendentes também se dedicaram à economia ervateira, como Ascânio Miró & Cia. Ltda., fundada em Curitiba em 1880.

A partir de 1850, acontecimentos de ordem internacional vão interferir sobre a economia ervateira paranaense. O Paraguai, único fornecedor tradicional de mate para o Uruguai e Argentina, proibiu, em 1813 sob a ditadura Francia, a exportação de seu país, em proveito do consumo interno (PADIS, 1981, p. 42). Assim, com o campo aberto para a exportação brasileira, substituiu-se paulatinamente o malhador – um dos processos antigos no beneficiamento da erva-mate – pelos engenhos hidráulicos que aumentaram a produção. O governo interveio energicamente para evitar as fraudes – adição de folhas de outras plantas – e impunha severas punições aos infratores. (RELATÓRIO do Presidente Zacarias de Góes, 1854, p. 3). O Presidente começou a reconstruir a Estrada da Graciosa, entre Paranaguá e Curitiba e boa parcela dos engenhos, que industrializava o mate e se encontrava no Litoral, perto dos dois portos, transferiu-se para o Planalto. Isso incentivou a coleta do mate porque os engenhos, agora, ficavam próximos aos campos naturais do mate e oportunizaram o aumento de empregos na coleta e no beneficiamento. A extração da erva-mate virou uma febre de ganho, que se apoderou do espírito do investidor e se expandiu em ritmo acelerado durante determinado tempo.

As inovações técnicas e os conhecimentos trazidos pelo empresário argentino, logo transformaram os processos de beneficiamento e comercialização da erva-mate. Os argentinos com capitais de origem inglesa, com intensão de se refugiar da Crise da fase “B” do primeiro ciclo de Kondratieff, encontraram no comércio e exportação do Mate as condições favoráveis para garantirem a rentabilidade desejada. Quanto às técnicas de fabricação, beneficiamento e acondicionamento introduzidas por Alzaray, fundamentadas nas práticas ervateiras paraguayas e platinas, seriam de capital importância para o aproveitamento industrial da erva paranaense e, sobretudo, para a sua colocação nos mercados externos.

Esse ciclo já comporta a denominação de industrial, dada a movimentação mecânica que alcançou então com o emprego da força hidráulica e até a vapor, ao lado da fabricação uniformizada, não só quanto aos tipos do produto como quanto ao acondicionamento. Podia ser incipiente mais já era um processamento industrial em curso, que teve a sua evolução própria, com algumas melhorias substanciais, a ponto de já fazermos concorrência ao Paraguai e à zona missioneira do Rio Grande.

(LINHARES, 1969; p. 49).

Segundo os dados oficiais disponíveis entre 1842 e 1861, mais de 96% da produção paranaense de erva-mate foi comercializada com o exterior, principalmente com a Argentina, Uruguai e Chile. O mate acompanhou o desempenho das exportações do Império, tornando o Paraná o maior exportador do Brasil, obtendo o auge entre 1856 e 1857.

Tabela 2 – Exportação de Erva-mate

Ano	Em quantidade (quilos)
1848	5.500.590
1858	12.813.323
1868	18.253.836
1908	35.729.587
1928	58.908.128

Fonte: 1º Centenário de Emancipação Política do Paraná. 1853-1953, p. 180.

O ano de 1928 encerrou a fase de prosperidade ervateira. A Argentina deixou de comprar a erva-mate paranaense e ela própria passou a produzi-la. Pode-se afirmar que dos três estados do Sul o Paraná foi o que ficou mais prejudicado com isto. Pois era o maior produtor e exportava de erva-mate do Brasil. Os capitais locais tiveram que diversificar suas atividades.

Tabela 3 – Produção de erva-mate em quilos de 1928 a 1951

Ano	Quantidade em quilos	Valor em Cr\$	Preço da erva-mate
1928	58.908.128	76.984.413,00	1,306855532
1938	35.581.157	31.160.608,40	0,875761527
1939	37.711.303	42.269.451,90	1,120869567
1940	33.158.149	39.211.802,90	1,182569114
1941	33.168.146	43.140.436,90	1,300658677
1942	34.054.181	49.144.457,80	1,443125523
1943	28.672.346	45.512.125,80	1,587317821
1944	28.291.397	54.888.766,30	1,940122161
1945	32.642.043	79.690.942,20	2,441358900
1946	32.420.120	90.650.080,80	2,796105652
1947	34.073.391	103.897.838,90	3,049236834
1948	32.958.128	104.070.280,00	3,157651429
1949	36.145.412	121.308.616,00	3,356127632
1950	33.213.952	118.558.468,00	3,569538126
1951	37.027.014	136.687.718,00	3,691567405

Fonte: 1º Centenário de Emancipação Política do Paraná. 1853-1953, p. 183.

Assim diagnosticou-se a decadência do setor ervateiro aconteceu nos anos subsequentes. Nunca mais se chegou à exportação ao patamar anterior, ou seja, 58.908.128 quilos de erva-mate exportada. Ver Tabela 4 e 5.

O coronel Caetano José Munhoz de origem espanhola, foi um dos pioneiros da indústria ervateira de Curitiba, instalou um dos maiores engenhos de erva-mate em Curitiba. Seu nome está associado à instalação de um dos primeiros engenhos de erva-mate na cidade em 1834 (até então eles só existiam no Litoral). Era movido a força humana e hidráulica – “Os operários do engenho eram todos escravos que durante o trabalho, somente vestidos com uma tanga de aniagem ou saco velho, apresentavam um aspecto curioso: à negra epiderme aderida um pó verde e as sobrancelhas, bigodes e cabelos cobriam de camadas intensas de ouro verde”. (LEÃO, 1994; p. 247). As águas do rio Belém, que atravessa Curitiba, seriam aproveitadas para mover o engenho da Glória, era localizado onde hoje é o Colégio Estadual do Paraná. Foi o primeiro engenho a usar a tecnologia do vapor em Curitiba, em 1872, antes mesmo que essa fonte de energia fosse utilizada pelo Barão do Serro Azul, na fábrica Tibagy em 1878.



FIGURA 3 – Fábrica do Mate Real. Fonte: foto extraída por CROCETTI, maio de 2010.

O Chá Mate Real é uma empresa fundada em 1834, é considerada a indústria mais antiga em atividade no Brasil. Teve início quando o coronel José Caetano Munhoz, descendente de espanhóis, fundou em Curitiba o primeiro engenho de erva mate, o Engenho da Glória. Em 1864 o imigrante uruguaio/italiano Francisco Fasce Fontana incorporou a empresa, criando a Fábricas Fontana S.A., que é o resultado da fusão de duas firmas, o Engenho da Glória, e a segunda, fundada em 1874 por Ildefonso Pereira Correia, Barão do Serro Azul e registrado como Fábricas Tibagi-Ildefonso. Em 1953, em função da diminuição crescente do mercado e por iniciativa das Fábricas Fontana S.A., foi formada uma nova empresa, em associação com as fábricas concorrentes de Curitiba o: Moinhos Unidos Brasil Mate S.A., da qual passaram a fazer parte tradicionais indústrias ervateiras do Paraná, como David Carneiro & Cia S.A., B. R. de Azevedo & Cia. Ltda., José Lacerda & Cia. Ltda., entre outras. Foi à primeira empresa a fabricar mate queimado. Comercializou a marca Ildefonso e comercializa até hoje a erva-mate para chimarrão Fontana.

FIGURA 4 – Fábrica Tibagy



Fonte: Engenho Tibagy, localizado no Batel, 1900. Acervo do jornalista Cid Destefani. Reprodução.

Outro empreendedor gigante no Paraná, Ildefonso Pereira Correia, o Barão do Serro Azul, teve sucesso no convívio social e na indústria do Paraná. Foi pioneiro na instalação de engenho mecânico presidente de comissões e exposições nacionais e internacionais. Em 1878, fundou o estabelecimento industrial “Tibagy Ildefonso” instalado em Curitiba, com máquinas aperfeiçoadas e modernas. Em 1.881 fundou uma serraria na cidade de Ivaí e, em 1884 outra, denominada “São Sebastião”, que serrava 70 dúzias de tábuas por dia.

Criou o Banco Mercantil e Industrial do Paraná, sendo responsável por muitas realizações e melhoramentos em Curitiba, entre elas a Imprensa Paranaense, o Passeio Público e fundou a Associação Comercial do Paraná, sendo seu primeiro presidente. No estado foi um dos maiores exportadores de erva-mate durante o século XIX. Em 1894 foi assassinado, após a retomada de Curitiba pelos florianistas.

Em fins do século XIX, auge do ciclo da erva-mate em Curitiba estava registrava 28 empresas produtoras, todas legalizadas conforme registros da Junta Comercial do Paraná de 1892. É bom citar que nos documentos oficiais do Paraná entre 1910-1928, a erva-mate representou entre 50-70% do valor exportado pelo estado. E os municípios de Palmas, Palmeira, São Mateus do Sul, Guarapuava e União da Vitória, concentravam a maior parte da produção de erva-mate cancheada do Paraná, que subiam pelo rio Iguaçu para serem processadas em Curitiba.

É esta, sem dúvida, a fase áurea do mate paranaense, quando ele já se fizera a viga mestra da economia do estado, a base de seu povoamento, de seu progresso e civilização, para se transformar também no quinto produto em volume e valor a figurar por muitos anos na pauta da exportação nacional.

(LINHARES, 1969; p. 53).

A queda que se verificou, a partir de 1928 tem notória explicação, foi o efeito da concorrência da Argentina, das colheitas realizadas em quantidade crescente em seus ervais reflorestados na região da província de Missões, em Corrientes e Posadas. É a partir de 1930 a política nacionalista de substituição de importação pelo plantio de ervais próprios na Argentina, seguida de políticas de proteção ao produtor interno, fazem a exportação para aquele mercado decrescer acentuadamente até praticamente desaparecer em 1950. O comércio da erva-mate paranaense entra então em uma fase onde já não conseguirá mais recuperar a mesma importância dos áureos tempos.

A erva-mate, apesar da pequena expressão no cenário nacional, situava-se entre os poucos produtos brasileiros de exportação. Estes experimentaram durante a primeira metade do século XIX uma situação favorável. Assim, é provável que as transformações por que passou o Paraná e especificamente Curitiba no período 1820 a 1850 foram em grande parte se não no todo resultado da evolução favorável da economia ervateira.

Além da concorrência estrangeira constatou-se que a baixa produtividade do produto como a extração da erva, que valia num período de quatro a cinco meses por ano não oferecia uma posição vantajosa ao ervateiro. Este durante o restante do tempo precisava se dedicar a outra atividade, como agricultura e/ou pecuária. Isso nem sempre era fácil. Principalmente quando não era o dono da terra. Outra dificuldade era a exaustão das reservas nativas exigindo que se incentivasse a formação de ervais novos.

A política getulista na década de 1930 fomentou a produção da erva-mate nos estados sulinos baseada no extrativismo feito por pequenos proprietários e não por latifundiários monopolistas. Este era o caso Cia Larangeira Mendes & Cia., antes denominada Companhia Matte Larangeira que atuava no estado do Mato Grosso, atual Mato Grosso do Sul. A extração da erva-mate em Mato Grosso e parte do Paraná era monopólio absoluto da empresa. O mate era tão importante para economia da Região Sul e Brasil, que Getúlio Vargas criou o Instituto Nacional do

Mate em 1938, abrangendo 200 municípios produtores, sendo instinto por lei em 1967, e passando suas funções ao criado IBDF.

Também como medida compensatória o governo GV, passa a incentivar a policultura e o cooperativismo, como medida defensiva e protecionista para a agricultura e pecuária brasileira, no qual os pequenos produtores paranaenses vão aderir em peso, fato que irá mudar a história econômica paranaense.

8 A Contribuição dos Imigrantes para economia paranaense

Se o ciclo do Mate e da Madeira foi resultado da transição dos capitais da Elite luso-brasileira acumulados principalmente com o tropeirismo em associação ao capital internacional, principalmente inglês. A grande transformação de Curitiba na virada do século XIX para o XX, alavancada com os recursos do Mate passa a ter concorrência com a injeção de capitais de pequenos empreendedores que migraram para o Brasil e vieram para Curitiba e região fugindo da Crise da Europa e de guerras nacionalistas e imperialistas.

FIGURA 5 – Curitiba em 1901.



Fonte: Fotografia feita por Frederico Lang, em 1901, do Alto da Bela Vista, Batel. Desse local, era possível se vislumbrar todo o quadro urbano de Curitiba. Em primeiro plano, ao pé do morro, vemos o fim da Rua Emiliano Pernetá esquina com Desembargador Motta. No alto desse morro, o ervateiro Manoel de Macedo construiu a mansão para sua residência, que, mais tarde, seria a sede do Museu Paranaense, na esquina da Rua Emiliano Pernetá com a Buenos Aires. Acervo Cid Destefani. Reprodução.

Devido às oportunidades geradas pela atividade do Mate e da Madeira, muitos capitais migraram para Curitiba, sendo um lugar de oportunidades para Ingleses e Argentinos, muitas firmas de comércio foram abertas, bem como a aberturas de agências bancárias. Exemplo foi os *Bank Of England* e o *Bank of London and South America*, que operavam em Curitiba. Muitos comerciantes abriram comércio no norte da Argentina na província de Misiones, Corrientes e Posadas, caracterizando uma ligação comercial forte, facilitado por parentes e amigos dos imigrantes entre Curitiba e essas cidades.

Segue uma breve interpretação do contexto socioeconômico de Curitiba em fins do século XIX e início do século XX. Curitiba presenciou um relativo surto de expansão econômica e social influenciada pela contribuição da vinda de imigrantes. Que tiveram participação nas atividades comerciais e industriais no Paraná. Ocorreu não só um processo de crescimento populacional e econômico, mas também se almejava a modernização da sociedade e para tal era imprescindível à necessidade de diversificação da economia e que se fizessem melhorias para isso.

Em 1900 a cidade possuía aproximadamente 50 mil habitantes, conforme tabela 5. Porém a capital não contava com infraestrutura urbana compatível, poucas ruas e calçadas pavimentadas. Nos dias de chuva, os rios da cidade transbordavam provocando enchentes que invadiam as ruas e casas, este problema só foi solucionado no início da década de 1970 quando houve a canalização dos rios e a criação de parques, que formaram “piscinões” para represar as águas das chuvas.

TABELA 4 – INDÚSTRIA E COMÉRCIO DOS IMIGRANTES EM CURITIBA

ANO	NOME	RAMO
1834	MATE REAL/Indústrias Fontana	BEBIDAS E CONEXOS
1857	STELLFELD & CIA LTDA	FÁRMACO/QUÍMICA
1866	CERVEJA TIVOLI/CRUZEIRO de João Leitner	BEBIDAS E CONEXOS
1877	MALUCELLI DA VISCONDE	BEBIDAS/MAT. DE CONSTRUÇÃO
1878	MUELLER IRMÃOS LTDA	FUNDIÇÃO
1879	GARMATTER & CIA	FRIGORÍFICO/ABATEDOURO
1879	JOALHERIA KOPP LTDA	JÓIAS/RELÓGIOS
1879	J. HOFFMANN MALHARIA LTDA	CONFECÇÕES/TÊXTIL
1885	INDÚSTRIAS TODESCHINI LTDA	ALIMENTÍCIA
1887	WENCESLAU GLASER E CIA	COMÉRCIO
1888	FRANCISCO HAUER & CIA LTDA	FERRAGENS
1888	M. SCHARAPPE (Impressora Paranaense)	MATERIAL GRÁFICO
1889	FÁBRICA DE BOLACHA LUCINDA	ALIMENTÍCIA
1889	VENSKE & CIA	FÁBRICA DE FITAS
1889	HENRIQUE MEHL & CIA LTDA	CONSTRUÇÃO CIVIL
1890	F. ESSENFELDER & CIA LTDA	FÁBRICA DE PIANOS
1892	RODOLFO SENFF & CIA LTDA	COMÉRCIO/FINANCEIRO
1893	EMILIO ROMANI & CIA (DIANA)	ALIMENTÍCIA
1893	INDÚSTRIAS JOÃO BETTEGA	MOVELEIRA
1895	FRIGORÍFICO BACACHERI	ALIMENTÍCIA
1897	ALBANO BOUTIN & CIA LTDA	QUÍMICA/CURTUME
1900	H. STROBEL & CIA	MATERIAL ELÉTRICO
1900	INDÚSTRIAS LANGER LTDA	QUÍMICA
1901	LEÃO JUNIOR S/A	BEBIDAS E CONEXOS
1901	CERVEJARIA PROVIDÊNCIA LTDA	BEBIDAS E CONEXOS/Cia. Plásticos
1901	CERVEJARIA ATLÂNTICA/IWERSEN	BEBIDAS E CONEXOS
1901	CERVEJARIA POMONA LTDA.	BEBIDAS E CONEXOS
1903	VAN DER OSTEN	FERRAGENS
1904	HUGO CINI	BEBIDAS
1904	INDÚSTRIAS WEISS LTDA	MOVELEIRA
1904	FÓSFOROS PINHEIRO/FIAT LUX	MADEIRAS/FÓSFOROS
1905	MOVÉIS RITZMANN S/A	MADEIRAS/MOVÉIS
1910	BENJAMIM ZILLI & CIA LTDA	ATACADISTA
1911	JOÃO HAUPT & CIA LTDA	PAPEIS/GRÁFICA
1912	PEDRO DEMETERCO/MERCADORAMA	FERRAGENS/SUPERMERCADO
1913	PROSDÓCIMO S/A	COMÉRCIO/REFRIGERAÇÃO
1912	PRADI & CIA	QUÍMICA/VETERINÁRIA
1915	ANCORA S/A	AUTOMÓVEIS
1919	MINERVA S/A	FARMA/QUÍMICA
1926	THEODORO SCHAITZA/J. MASCHKE E CIA LTDA	ESCOVAS/PLÁSTICO
1932	HERMES MACEDO S/A	COMÉRCIO/VAREJISTA
1935	MOINHO GUTH S/A	ALIMENTÍCIA

FONTE: Boletim do IHGEP, volume 48, 1993 e outras fontes.

Amostragem, não representa o universo total. Elaboração CROCETTI, 2013.

As mudanças mais significativas em Curitiba aconteceram somente depois de 1853, quando o Paraná se tornou independente de São Paulo e a Província teve que se adaptar as exigências do Império para a sua adequação à condição de capital. Dentro dessa dinâmica, em 1857 o engenheiro francês Pierre Taulois fez recomendações para ao traçado e alinhamento das ruas existentes na cidade. Entre suas diversas recomendações, Taulois sugeria à administração pública que, quando autorizasse futuras construções, respeitasse o plano de prolongamento das ruas, os recuos das casas, entre outras determinações.

O médico alemão Avé-Lallemant em 1858 definiu a cidade como tendo dupla natureza. Ele nada via de grandioso, se viam nela ruas não calçadas, cantos sujos e praças desordenadas. Na

segunda natureza, mostrava decisiva transformação, e a cidade caminhava “*com energia para um novo desenvolvimento*”. (AVÉ-LALLEMANT, 1980; p. 273). O desenvolvimento veio lento, em 1870, outro viajante, o engenheiro Bigg-Wither, comparou Curitiba a um aglomerado de tendas e cabanas, formando um acampamento prestes para partir, devido o costume de pintar quase todas as casas de branco. Em 1887 foi implantado o bonde puxado por animais, que viriam a ser eletrificados em 1912, na gestão de Cândido de Abreu, e foram extintos em 1951. Enquanto os ônibus foram colocados em circulação em 1928.

Nesse período, chegam grandes grupos de imigrantes, de composição bastante heterogênea que se estabeleceram nas colônias ao redor de Curitiba e a cidade passa, pelo primeiro surto de desenvolvimento. Em 1885, o engenheiro italiano Ernesto Guaita foi contratado para organizar um levantamento da cidade e do rocío, visando prevenir a expansão descontrolada. Na época Guaita estava encarregado da concepção do arruamento de Curitiba entre a estação ferroviária e o centro urbano.

Em novembro de 1895, o prefeito Cyro Velloso decretou uma mudança no Código de Posturas Municipais de Curitiba. O Código regia o dia-a-dia da cidade em várias esferas consideradas essenciais. Havia disposições de temas de importância para a vida urbana: limpeza da cidade e segurança pública; quadro urbano; higiene e salubridade; edifícios ruinosos; comércio; fábricas; oficinas e curtumes; casas de jogos e divertimentos públicos; cemitérios. E orientava sobre a conservação de árvores, estradas, caminhos e havia uma seção destinada à extinção de formigueiros.

TABELA 5 POPULAÇÃO E GRAU DE URBANIZAÇÃO - CURITIBA - 1720/2010

Período	População Total	% sobre estado	Grau de Urbanização (%)
1720	1.400	-	-
1766	2.196	-	-
1780	3.194	-	-
1817	10.652	-	-
1857	11.317	-	-
1872	12.651	09,98	-
1890	24.553	09,84	-
1900	49.755	15,21	-
1920	78.986	11,52	-
1940	140.656	11,38	74%
1950	180.575	08,54	78%
1960	361.309	08,54	97%
1970	624.362	09,00	96%
1980	1.125.979	14,76	100%
1991	1.290.142	15,27	100%
2000	1.586.848	16,59	100%
2010	1.747.000	16,69	100%

FONTE: IBGE, Sinopse Estatístico do Brasil e IPARDES 2011. – Dados não disponíveis

A imigração fez a população de Curitiba triplicar entre 1890 e 1914, para cá vieram 45.000 imigrantes cuja corrente majoritária foi à polonesa. Em 1905 foi criada uma lei determinando que não fosse mais permitido construir casas de madeira, somente construções em alvenaria com dois ou três pavimentos. A região do Alto da Glória e do Batel foi reservada para as residências dos Barões do Mate, enquanto a região do Rebouças e do Portão para as fábricas e moradias operárias e a Rua da Liberdade para a administração pública.

De 1912-1916 assumiu a Prefeitura, pela segunda vez, o engenheiro civil Cândido de Abreu. Sua administração foi marcada por grandes projetos feitos com vultoso empréstimo, e começou uma série de obras consideradas audaciosas para a época. Entre seus projetos modernizadores, destacam-se a construção do Paço Municipal, o Mercado Público, calçamento e alinhamento de ruas, a canalização de rios, a retificação do rio Belém, a reforma do Passeio Público, reforma de praças, a inauguração do bonde elétrico. Nesse período teve início das grandes demolições, principalmente da arquitetura colonial portuguesa, e tem início a “francelização” de Curitiba, tendo sido criados e executados projetos de vários arquitetos franceses, alemães e italianos. Esse período a francesa tem início 1890 e vai até 1930, onde os principais artífices foram os prefeitos Cândido de Abreu e Moreira Garcez.

Referências

- BALHANA, A. P. et al.: **História do Paraná**. Curitiba: Grafipar, 1969. v.1 ao 4.
- BASTOS, J. M. **Comércio no Sul do Brasil**. Tese (Doutorado em Geografia) São Paulo: Universidade de São Paulo, 2002.
- CANUTO, O. A nova dinâmica regional brasileira e uma agenda de pesquisa para o Paraná. **Revista Paranaense de Desenvolvimento**. Curitiba: IPARDES, nº 94, p. 2-28, maio/dez. 1998.
- CROCKETT, Z. S. **Reestruturação Produtiva no Paraná**. Curitiba: Letra das Artes, Anais da 13ª SEMAGEO, p. 73-93. 2001.
- _____. **Evolução Sócio-Espacial do Paraná**. Florianópolis: Dissertação de Mestrado em Geografia, UFSC. 2007.
- GAULD, C. **Farquhar, o último titã: um empreendedor americano na América Latina**. São Paulo: Editora de Cultura, 2006. Tradução Eliana do Vale.
- GOMES, R. **Aspectos Gerais e Econômicos do Paraná**. In: Guia Globo Paraná de Importação e Exportação (1953-1954). Porto Alegre: Clarim, 1953, p.103-206;
- INDJAIAN, A. **Saídas para a crise – entrevista com Ignácio Rangel**. Análise Conjuntural. Curitiba: IPARDES. V.9, nº 5, p. 1-2, maio 1987.
- LEÃO, I. Z. C. **O Paraná nos anos setenta**. Curitiba: IPARDES: CONCITEC, 1989.
- LEMINSKI, P. **Ensaio e anseios crípticos**. Curitiba: Polo Editorial do Paraná, 1997.
- LINHARES, T. **História econômica do mate**. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio, 1969.
- KONDRATIEFF, N. D. (1939) **The Long Wave Cycle**. London: E P Dutton, 1984, 138 p.
- MAGALHÃES FILHO, F de B. **Experiência de Planejamento Estadual: O Caso do Paraná**. Curitiba: CODEPAR, RPD, Nº 1, 1967.
- _____. **Perspectivas industriais do Paraná**. Revista Paranaense de Desenvolvimento. Curitiba: BADEP, nº 15, p. 7-23, nov./dez. 1969.
- _____. **Da Construção ao Desmanche**: análise do projeto de desenvolvimento paranaense. Curitiba: IPARDES, 2006.
- MAMIGONIAN, A. **Estudo geográfico das indústrias de Blumenau**. Revista Brasileira de Geografia. Rio de Janeiro: IBGE/CNG, n. 3, v. 27, 389-481, julho-setembro/1965.
- _____. **Teorias sobre a industrialização brasileira**. Florianópolis: Cadernos Geográficos. UFSC/CFH/GCN, nº 2. Imprensa Universitária, 2000.

- MARTINS, W. *Um Paraná Diferente*. São Paulo: FSP, letras, p. 3-5, 8 de dezembro de 1990.
- MARX, K. *O Capital, Volume II*. São Paulo: Nova Cultural, 1988. 3ª edição.
- MORAES, M. A. F. D. de. *Estudo da competitividade de cadeias integradas no Brasil: cadeia de madeira e móveis*. Campinas: UNICAMP-IE-NEIT, 2002.
- NEVES, Léo de A. *Vivência de Fatos Históricos*. São Paulo: Paz & Terra, 2002.
- OLIVEIRA, C. A. B. de. *Quinze anos depois: comentários sobre o texto “Paraná – Economia e Sociedade”*. Revista Paranaense de Desenvolvimento. Curitiba: IPARDES, nº 83, p. 5-15, set./dez. 1994.
- OLIVEIRA, D. de. *Urbanização e Industrialização no Paraná*. Curitiba: SEED, 2001;
- PEREIRA, M. R. de M. *Semeando Iras Rumo ao Progresso*. Curitiba: UFPR, 1996.
- Quatro Visões sobre o Paraná. *Análise Conjuntural*. Curitiba: IPARDES. v. 7, nº 2, p-1-3, fev. 1985.
- RANGEL, I. M. *Dualidade básica da economia brasileira*. Rio de Janeiro: ISEB, 1957.
- _____. *Economia: milagre e anti-milagre*. Rio de Janeiro: Zahar, 1985.
- _____. *Obras reunidas de Ignácio Rangel*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2005. 2 v.
- ROMANEL, M. C. T. S. e SCHERNER, M. L. T. *Álbum de Memórias: A trajetória das Indústrias no Paraná*. Curitiba: Editora UniverCidade, 2007, p.16.
- SANTOS, M. Sociedade e espaço: a formação social como teoria e como método. *Boletim Paulista de Geografia*, São Paulo, n 54, p. 35-59, jun. 1977.
- SCHNEIDER, C. I. *Os Senhores da Terra: Produção de Consensos na Fronteira (Oeste Do Paraná, 1946-1960)*. Curitiba: Dissertação de (MESTRADO) em História UFPR, 2001, p. 26-50.
- SCHUMPETER, J. A. *Ciclos Econômicos*. In: A Teoria do Desenvolvimento Econômico. São Paulo: Abril Cultural, 1984.
- SERRA, E. *Processos de ocupação e a luta pela terra agrícola no Paraná*. Rio Claro: 1991. Tese (Doutorado em História), UNESP.
- SILVA, M. C. da. *As Rodovias no Contexto Socioeconômico Paranaense 1946-1964*. Curitiba: UFPR. Dissertação de Mestrado em história. 1984.
- TRINTIN, J. G. *A economia paranaense: 1985-1998*. Campinas, 2001. 200 p. Tese (Doutorado) Instituto de Economia, Universidade de Campinas.
- WACHOWICZ, R. *História do Paraná*, Curitiba: Vicentina, 1977.
- WAIBEL, L. *Princípios da colonização europeia no Sul do Brasil*. In: *Capítulos de geografia tropical e do Brasil*. Rio de Janeiro: IBGE, 1979, 2ª edição.
- WESTPHALEN, C. M. *Comércio exterior do Brasil meridional no século XVIII*. São Paulo: s.n., separata da Revista de História, n.100, 1974.

[Voltar aos textos](#)